



TERMO DE CONVOCAÇÃO

AO(À)

NOME/RAZÃO SOCIAL: CONDUE ASSESSORIA CONTABIL

ENDEREÇO: RUA SÃO JOSE, 449, APT A, CENTRO, Reriutaba - Ceará, CEP: 62260-000

CPF/CNPJ: 40.948.836/0001-37

TELEFONE: 88999766778

E-MAIL: CONDUEAC@HOTMAIL.COM

ASSUNTO: CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Prezado(a) Sr(a). TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA,

Cumprimentando-a cordialmente, dirigimo-nos à V.Sa. com a finalidade de convocar-lhe para assinatura do contrato encaminhado em anexo, decorrente do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO tombado sob o nº 2416062503-DL, cujo objeto é o(a) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021**, em atendimento ao art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

O referido contrato deverá ser assinado e devolvido no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da presente convocação. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme disposto no § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

Caso os representantes legais possuam assinatura digital, as mesmas poderão ser aceitas, caso contrário, solicitamos que a(s) via(s) física(s) do Contrato, assinada(s), seja(m) entregue(s) no seguinte endereço: RUA DESEMBARGADOR AMÉRICO MILITÃO, 67 - CENTRO - CEP: 63800-000 - QUIXERAMOBIMCE.

Cumprir alertar que a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

Agradeço antecipadamente a atenção e aguardo o atendimento a solicitação o mais breve possível.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 05 de Julho de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO

INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

1 mensagem

CENTRAL DE CONTRATOS <centraldecontratospmq@gmail.com>
Para: CONDUEAC@hotmail.com

5 de julho de 2024 às 15:08

TERMO DE CONVOCAÇÃO

AO(À)

NOME/RAZÃO SOCIAL: CONDUE ASSESSORIA CONTABIL**ENDEREÇO:** RUA SÃO JOSE, 449, APT A, CENTRO, Reriutaba - Ceará, CEP: 62260-000**CPF/CNPJ:** 40.948.836/0001-37**TELEFONE:** 88999766778**E-MAIL:** CONDUEAC@HOTMAIL.COM**ASSUNTO:** CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Prezado(a) Sr(a). TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA,

Cumprimentando-a cordialmente, dirigimo-nos à V.Sa. com a finalidade de convocar-lhe para assinatura do contrato encaminhado em anexo, decorrente do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO tombado sob o nº 2416062503-DL, cujo objeto é o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021, em atendimento ao art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

O referido contrato deverá ser assinado e devolvido no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da presente convocação. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme disposto no § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores.

Caso os representantes legais possuam assinatura digital, as mesmas poderão ser aceitas, caso contrário, solicitamos que a(s) via(s) física(s) do Contrato, assinada(s), seja(m) entregue(s) no seguinte endereço: RUA DESEMBARGADOR AMÉRICO MILITÃO, 67 - CENTRO - CEP: 63800-000 - QUIXERAMOBIMCE.

Cumpre alertar que a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

Agradeço antecipadamente a atenção e aguardo o atendimento a solicitação o mais breve possível.

Atenciosamente,

Att Marcella Porto



AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL

Quixeramobim /CE, 17 de Julho de 2024.

Considerando o andamento dos trabalhos visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021.**

Considerando que a empresa **CONDUE ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA**, não demonstrou interesse, passado o prazo de 5 dias (úteis) pós convocação para assinatura de contrato, ficam revogados os atos de adjudicação, homologação e autorização da contratação direta em desfavor da empresa **CONDUE ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA**.

Considerando o disposto no art. 90, §2º da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações);

“Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,



Governo Municipal de
QUIXERAMOBIM



para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.”

Considerando a seguinte ordem de classificação das propostas apresentadas:

- 1º - CONDUE ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA / R\$ 6.800,00 (GLOBAL);
- 2º - AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME/ 8.900,00 (GLOBAL);

Desta forma, solicito que a empresa AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME manifeste o interesse na contratação no valor da empresa desclassificada.

Sem mais para o momento reiteramos votos de estima e condigno apreço.

Atenciosamente,

FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO

CONVOCAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE

2 mensagens

DISPENSA DE LICITAÇÃO QUIXERAMOBIM
<dispensalicitacaoquixeramobim@gmail.com>
Para: age.assessoria.consultoria@gmail.com

17 de julho de 2024 às
17:03



 **CONVOCAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE.pdf**
504K

AGE <age.assessoria.consultoria@gmail.com>
Para: DISPENSA DE LICITAÇÃO QUIXERAMOBIM <dispensalicitacaoquixeramobim@gmail.com>

18 de julho de 2024 às 06:58

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores de Quixeramobim,

Referência: AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES (segue documento assinado em anexo)

Prezados Senhores,

Em atendimento ao aviso de convocação de licitantes remanescentes, onde a empresa AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME é convidada a manifestar interesse na contratação pelo valor da empresa desclassificada, venho por meio desta apresentar nossa manifestação positiva mas com o valor de nossa proposta apresentada.

Gostaríamos de salientar que, apesar do interesse na contratação, mantemos o valor original ofertado em nossa proposta, de **R\$ 8.900,00 (GLOBAL)**. Acreditamos que este valor representa a melhor relação custo-benefício para o Instituto, considerando a qualidade dos serviços que podemos oferecer.

Estamos confiantes de que nossa empresa possui a experiência e expertise necessárias para atender às demandas do Instituto de forma eficiente e eficaz.

Aguardamos ansiosamente a oportunidade de firmar contrato com o Instituto e contribuir para o sucesso da instituição.




AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME

CNPJ: 19.687.867.0001-95

EDILSON CARLOS DE ALMEIDA

Socio-administrador

Em qua., 17 de jul. de 2024 às 17:03, DISPENSA DE LICITAÇÃO QUIXERAMOBIM <dispensalicitacaoquixeramobim@gmail.com> escreveu:

 **Resposta Convocação remanescente.pdf**
587K

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores de Quixeramobim,

Referência: AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES

Prezados Senhores,

Em atendimento ao aviso de convocação de licitantes remanescentes, onde a empresa AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME é convidada a manifestar interesse na contratação pelo valor da empresa desclassificada, venho por meio desta apresentar nossa manifestação positiva mas com o valor de nossa proposta apresentada.

Gostaríamos de salientar que, apesar do interesse na contratação, mantemos o valor original ofertado em nossa proposta, de **R\$ 8.900,00 (GLOBAL)**. Acreditamos que este valor representa a melhor relação custo-benefício para o Instituto, considerando a qualidade dos serviços que podemos oferecer.

Estamos confiantes de que nossa empresa possui a experiência e expertise necessárias para atender às demandas do Instituto de forma eficiente e eficaz.

Aguardamos ansiosamente a oportunidade de firmar contrato com o Instituto e contribuir para o sucesso da instituição.

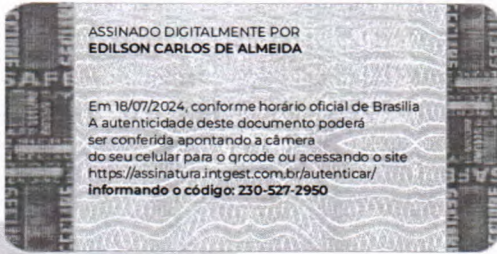
QUIXERAMOBIM-CE, 18 DE JULHO DE 2024

AGE- SERVIÇOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA-ME
CNPJ: 19.687.867.0001-95
EDILSON CARLOS DE ALMEIDA
Socio-administrador

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE ABAIXO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 230-527-2950
PÁGINA 1 DE 2



ASSINATURAS



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE A
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 230-527-2950
PÁGINA: 2 DE 2





DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL

O Senhor(a) FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO, Ordenador(a) de Despesas do(a) INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO, vem apresentar justificativas concernente ao processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO tombado sob o nº 2416062503-DL, para atendimento do objeto demandado no Processo supracitado.

1 - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021 .

Após análise da proposta apresentada pela(s) proponente(s), verifico que atende(m) as necessidades do(a) INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO, visando atender a demanda da edibilidade, restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

Convém ressaltar, que a administração local empreendeu todas as medidas necessárias com vistas a selecionar o fornecedor que apresentou menor preço, de acordo com as pesquisas realizadas, estando, desta forma, atendendo, aos preceitos legais que norteiam as contratações através da administração pública.

2 - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços aqui descritos justifica-se diante da necessidade de pessoal técnico qualificado para atendimento da legislação em vigor, pertinente aos serviços objeto do presente Projeto Básico. A nova Lei de Licitação 14.133 de 2021 exige que os órgãos responsáveis pelo planejamento elabores um plano de contratação anual com objetivo de aprimorar o processo de planejamento das aquisições e contratações públicas, com vista a consolidar informações sobre os itens a serem contratados no exercício financeiro subsequente em consonância com a lei orçamentária. O Plano de Contratação Anual será uma peça de planejamento de contratação do exercício seguinte que devem constar todas as contratações de bens e serviços como obras, tecnologia da informação, materiais de escritório dentre outros. As crescentes exigências legais, principalmente dos órgãos de fiscalização e controle externo demandam qualificação técnica em constante aperfeiçoamento para absorver as responsabilidades do setor público na área de licitações e contratos públicos como finalidade primordial atender ao contido na legislação Federal. Para atender as crescentes exigências previstas na nova Lei de contratação, Essa Autarquia recorre a contratação de serviços de consultoria com o fito de oferecer suporte a equipe técnica de planejamento e ao Gestor na elaboração do plano Anual de Contratação de acordo com a Lei 14.133 de 2021.

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

"(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2416062503-DL



de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Contudo, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação. O legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Cabe ressaltar o comentário de Marçal Justen Filho a respeito da dispensa da licitação:

[...] a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigure-se inconveniente ao interesse público [...]. Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo - benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."

Portanto, a lei criou hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

Em sintonia com a norma contida no dispositivo constitucional acima, a dispensa de licitação para a aquisição (compra e serviço) de baixo valor está prevista nos Incisos I e II do Artigo da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021. Veja-se o dispositivo:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; "

Ressalta-se que os valores estabelecidos no Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 são atualizados a cada início de ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo.

O Decreto nº 11.871/2023, publicado no DOU nº 247-D – Edição Extra, de 29.12.2023, atualizou o valor estabelecido no Inciso I do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para R\$ 119.812,02 (oitocentos e dezenove mil e oitocentos e doze reais e dois centavos) e o valor estabelecido no Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos).

Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

O valor apresentado no processo em tela enquadra-se no disposto no **ARTIGO 75 INCISO II** da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta, conforme estabelece o ARTIGO



75 INCISO II da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e alterações posteriores.

O processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO em tela se trata de hipótese mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter eventual, muitas vezes urgentes.

3 - RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A(s) proponente(s) abaixo indicada(s) foi(ram) selecionada(s) através de dispensa de licitação na forma presencial, apresentando sua proposta compatível com a realidade dos preços praticados no mercado em se tratando de produto ou serviço similar, tendo inclusive a(s) proponente(s) comprovado de que preenche(m) os requisitos de habilitação e qualificação exigidas para a contratação em tela. Portanto, pode a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios, tendo em vista que as pesquisas de preços anexadas ao processo demonstraram que a contratação do objeto desta DISPENSA DE LICITAÇÃO será efetivada considerando o **menor preço** diante da realidade do mercado.

- AGE - SERVICOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA (CPF/CNPJ: 19.687.867/0001-95) - **REPRESENTANTE LEGAL: TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA - VALOR TOTAL VENCIDO: R\$ 8.900,00**

4 - JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

De forma a zelar com a correta utilização dos recursos públicos, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso VII do artigo 72 da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021.

Tratando-se de licitação dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competição, mostra-se pertinente a realização de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado do referido objeto.

Procedeu-se a dispensa de licitação na forma presencial, concluindo ao final do certame que a(s) proposta(s) mais vantajosa(s) foi(ram) apresentada(s) pela(s) proponente(s) já indicado(s), com o valor global de R\$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS).

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

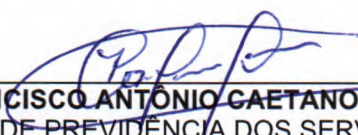
Os recursos necessários para a cobertura da referida despesa estão devidamente alocados no orçamento municipal vigente da Unidade Gestora INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVID. DO MUNICÍPIO, de acordo com o Projeto Atividade / Elemento de Despesa / Fonte de Recursos consignados abaixo:

- 16 01 09 122 0001 2.121 3.3.90.39.05 1802000000

O Sr(a). FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO, Ordenador(a) de Despesas do(a) INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO, vem comunicar que encontram-se encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, alusivos ao processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2416062503-DL, bem como estão presentes neste documento a razão da escolha da contratada e a justificativa de preço, em atendimento aos incisos VI e VII do artigo 72 da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, e normativos internos.

Em observância ao estabelecido no § 4º do artigo 71 e no inciso VIII do artigo 72, ambos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e normativos internos, encaminho à Vossa Senhoria o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO para que adote as providências cabíveis.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.


FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL

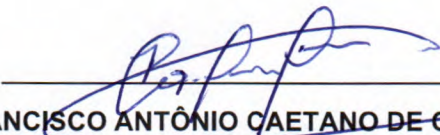
Pelo presente instrumento e após analisado o resultado do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO tombado sob o nº 2416062503-DL, cujo objeto é o (a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021, e com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto em favor da(s) empresa(s) abaixo indicado(s), pelo valor total de R\$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

- AGE - SERVICOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA (CPF/CNPJ: 19.687.867/0001-95) - **REPRESENTANTE LEGAL: TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA - VALOR TOTAL VENCIDO: R\$ 8.900,00**

A homologação da presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS), é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do(a) Agente de Contratação/Comissão de Contratação da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM que, em análise aos documentos apresentados pela(s) empresa(s) vencedora(s), constatou o atendimento de todas as condições previstas no Aviso de Contratação Direta e anexos do referido processo.

A(s) empresa(s) vencedora(s) fica(m) obrigada(s) a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes ou outro instrumento hábil que venha substituí-lo, nos termos do Artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.



FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2416062503-DL



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL**

CERTIFICO, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, que o **TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO tombado sob o nº 2416062503-DL, foi devidamente publicado no site oficial do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM e por meio de afixação no flanelógrafo do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM (Quadro de Avisos e Publicações), nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim, respeitando dessa forma, o princípio da publicidade dos atos públicos. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, nesta data.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO GAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO

INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO



**AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL**

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor/prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos preconizados nos incisos I ao VII do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO ratifica que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação e que o processo encontra-se amparado pelo ARTIGO 75 INCISO II da Lei nº14.133 de 1 de abril de 2021;

Em cumprimento ao inciso VIII, do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação direta através do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2416062503-DL, na forma presencial, com fundamento no ARTIGO 75 INCISO II da Lei nº 14.133/2021, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021

CONTRATADO(A):

- AGE - SERVICOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA (CPF/CNPJ: 19.687.867/0001-95) - **REPRESENTANTE LEGAL:** TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA - **VALOR TOTAL VENCIDO:** R\$ 8.900,00

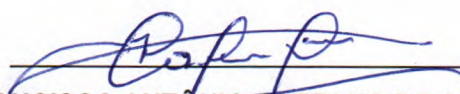
VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS

VALOR TOTAL: R\$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS)

Diante do exposto, o(a) Sr(a). FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO, Presidente e Ordenador(a) de Despesas do(a) INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO, **RATIFICA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2416062503-DL, com fulcro no ARTIGO 75 INCISO II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Este ato será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em atendimento aos preceitos estabelecidos no artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, e no artigo 3º, § 3º do Decreto Municipal nº 5.292/2024, de 08 de abril de 2024.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.



FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2416062503-DL



EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL

O(A) Sr(a). FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO, Secretário(a) Municipal e Ordenador(a) de Despesas do(a) INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO, faz publicar o presente extrato resumido do **ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO DE Nº 2416062503-DL**, a seguir:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO ADMINISTRATIVO AO SETOR DE PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 EM ATENDIMENTO AO ART. 12, VII DA LEI Nº 14.133/2021 ;

VALOR TOTAL: R\$ 8.900,00 (OITO MIL E NOVECENTOS REAIS);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 75 INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES;

CONTRATADO(A):

- AGE - SERVICOS & ASSESSORIA GOVERNAMENTAL LTDA (CPF/CNPJ: 19.687.867/0001-95) - **REPRESENTANTE LEGAL:** TEREZA KAROLINE TORRES PAIVA - **VALOR TOTAL VENCIDO:** R\$ 8.900,00

VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS;

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO



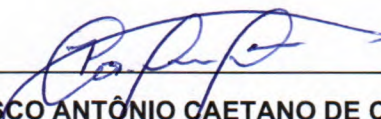
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
PROCESSO Nº 2416062503-DL



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2416062503-DL**

CERTIFICO, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, que o **ATO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA** do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 2416062503-DL, foi devidamente publicado no sítio eletrônico oficial do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, conforme estabelece o Art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim, em atendimento aos preceitos estabelecidos no artigo 72, parágrafo único da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e no artigo 3º, § 3º do Decreto Municipal nº 5.292/2024, de 08 de abril de 2024, respeitando dessa forma, o princípio da publicidade dos atos públicos. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, nesta data.

Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, 19 de Julho de 2024.



FRANCISCO ANTÔNIO CAETANO DE CASTRO - PRESIDENTE DE ÓRGÃO
INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. MUNICÍPIO